

PORTARIA CONJUNTA SEMAD / PGM / SEMCONT Nº 04/2024

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Processo Administrativo nº 47.395/2026)

1. INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na legislação federal e municipal correspondente, em especial ao disposto no decreto nº 307, de 22 de Setembro de 2023 e no inciso XXIII do art. 6º da Lei 14.133/2021.

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Secretaria Municipal de Administração, através da Coordenação de Frotas de veículos leves.

PARTÍCIPE:

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito

Fundo Municipal de Defesa Social e Trânsito

Secretaria Municipal de Educação

3. JUSTIFICATIVA

A contratação justificasse em virtude da necessidade de suprir os veículos, embarcações e geradores movidos a óleo componentes desta municipalidade. A disponibilidade de uma rede de postos credenciados que atendam em todas as localidades mencionadas neste Termo de

Referência é imprescindível ao atendimento destas atribuições, assegurando o deslocamento dos veículos em todas as regiões do Estado do Espírito Santo e outras regiões, caso necessárias.

A decisão na escolha por este modelo de contratação considera as vantagens decorrentes da melhor gestão e controle das despesas com a frota de veículos, gerando expectativas de redução de custos que envolvam abastecimento de veículos e monitoramento da frota, por meio de relatórios gerenciais e da possibilidade de definir parâmetros de utilização e restrições diferenciadas, relacionadas aos veículos e usuários. Levando-se em consideração que não é permitido o transporte nos veículos de um tambor reserva de combustível para abastecer os veículos em trânsito quando necessário a deslocamento muito longos, e que não é satisfatória a contratação restrita apenas a um posto de combustível, torna-se necessário a contratação através uma empresa para realizar um gerenciamento do abastecimento com oferta ou disponibilidade de postos aptos a abastecer em toda a malha rodoviária do Espírito Santo e outras regiões.

Tradicionalmente, a aquisição de combustíveis se dá por meio de posto de combustíveis varejista ou distribuidora, contudo, as duas opções se mostram ineficientes, pois, trazem grandes inconvenientes, especialmente em relação à capilaridade de locais para abastecimento da frota. A necessidade de abastecimento em viagens é pequena, sendo gastos valores consideráveis para esse fim, está aí o primeiro entrave.

Tanto no caso de contratação de posto varejista, como de distribuidora, a frota pertencente à Administração Pública abastece apenas numa localidade isolada. Evidentemente, se o posto estiver localizado muito distante da contratante, a vantagem do menor preço ofertado poderá sucumbir em face do custo referente ao deslocamento para o abastecimento.

Ademais, normalmente um órgão público é composto por diversas subunidades descentralizadas, o que, em suma, torna inviável a contratação de um único fornecedor, em especial nos grandes centros, onde não só a distância, mas também o tempo necessário ao tráfego dos veículos, precisa ser considerado.

Na opção pelo fornecimento de combustíveis por intermédio de distribuidora de combustíveis, a contratante deve possuir local adequado para recepcionar os tanques de armazenamento de

combustíveis e peças, e ao menos um servidor alocado para esta função, além do mais, deve obter uma série de licenças dos órgãos competentes, especialmente de caráter ambiental.

Por se tratar o abastecimento de combustível de atividade potencialmente poluidora, a instalação de tanques de armazenamento de combustíveis deve ser levada em consideração para fins de passivo ambiental decorrente de anos de atividade, restando esse pesado e indesejado ônus à Administração Pública detentora da área.

Com isso, nos últimos anos, uma nova forma de abastecimento de combustíveis vem sendo incorporada à atividade governamental, trata-se da prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de dispositivo pagamento e disponibilização de rede credenciada de fornecedores de combustível.

O gerenciamento do abastecimento de combustíveis é uma realidade no âmbito da Administração Pública em geral, sendo, nada obstante as discussões iniciais inerentes a qualquer inovação trazida da iniciativa privada, amplamente aceito pelos Tribunais de Contas de todo país.

Os serviços se amoldam à chamada quarteirização da atividade de abastecimento de veículos, a qual se apresenta na evolução da já conhecida terceirização, possibilitando que a Administração Pública, ao invés de licitar o combustível diretamente dos fornecedores (postos, rede de postos de combustíveis ou distribuidora), contrate por meio de licitação, uma empresa especializada no gerenciamento de rede credenciada para o abastecimento da frota de veículos.

O espectro de participação é potencialmente amplo, pois o mercado de gerenciamento do abastecimento de combustíveis é pulverizado entre várias empresas, conhecidas como operadoras de meios de pagamento e/ou gerenciadoras de frota.

A decisão na escolha por este modelo de contratação leva em consideração as vantagens decorrentes da melhoria da gestão das despesas com a frota de veículos, gerando expectativas de redução de custos que envolvam abastecimento de veículos e controle da frota por meio de

relatórios gerenciais e da possibilidade de definir parâmetros de utilização e restrições diferenciadas relacionadas aos veículos e aos usuários.

O gerenciamento do abastecimento de combustíveis tem se consolidado ao longo dos anos como uma alternativa inovadora para a aquisição direta de combustível. É possível, ainda, ser adaptada para a utilização na gestão de combustível por Órgãos e Entidades Públicas que decidam pela manutenção de abastecimento com a utilização de tanques e bombas instaladas em suas próprias dependências.

Além das vantagens decorrentes da melhoria de gestão com a aplicação dos dados obtidos nas transações, o modelo propicia, como grande diferencial, ampla capilaridade de postos de combustíveis credenciados sob várias bandeiras, cabendo ao usuário e ao gestor da frota a opção por aquele que possua o menor preço unitário praticado na venda de combustível, em adequada localização, na utilização dos serviços em conformidade com o contrato.

Com a implantação do sistema proposto, é possível almejar o alcance das seguintes vantagens:

- a) aplicação em todos os veículos da frota do Município de Vila Velha, embarcações e gerenciadores, eliminando nesse caso, o uso de suprimento de fundos ou contrato individualizado com posto de combustível local;
- b) extensão do horário de abastecimento, pois se poderá contar com uma rede de postos com abastecimento funcionando todos os dias da semana, ampliando o horário de atendimento;
- c) flexibilidade do sistema de abastecimento pretendido, pois facilita o acesso a uma rede de serviços dispersa pelo estado do Espírito Santo e outras regiões;
- d) simplificação dos procedimentos e das rotinas de controle dos abastecimentos do sistema manual para informatizado, proporcionando agilidade nos procedimentos, obtenção de informações da frota em tempo hábil, via Internet, para tomada de decisões corretivas;
- e) redução de procedimentos administrativos para a Coordenação de Frota de Veículos Leves, aumentando a transparência e a precisão das informações;
- f) modernização dos controles e redução do tempo de compilação e análise de dados;
- g) disponibilidade de um sistema de dados confiável, que facilita o controle e a fiscalização interna e externa.
- h) Utilização de Tag's com tecnologia RFID, vinculadas diretamente ao veículo de forma autodestrutiva, garantindo que apenas aquele veículo seja abastecido no posto credenciado, eliminando a possibilidade de fraudes por clonagem, reutilização indevida ou abastecimento de

veículos não autorizados.

A importância da aplicação do sistema de gerenciamento de frota para atender os veículos oficiais é avalizada pelo entendimento expresso pelo TCU - Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 2731/2009 (voto do Ministro revisor - AROLDO CEDRAZ) – Plenário, que se manifestou no seguinte sentido:

" 4 Por tal motivo, é adequado o uso do valor da taxa de administração como critério de julgamento. Não se trata, aliás, de nenhuma inovação, já que tal sistemática têm sido rotineiramente empregada - sem qualquer crítica desta Corte sob este aspecto, friso - em licitações para contratação de serviços de gerenciamento em que o contratado não é o fornecedor direto do bem ou serviço final demandado pela administração. 5 É o caso, por exemplo, dos certames para contratação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, em que as agências de viagens, que não são as fornecedoras do serviço de transporte aéreo demandado pelo poder público, são selecionadas com base no valor da taxa de administração que cobram. 6 O mesmo ocorre com o fornecimento de combustíveis ou de vales-refeições, em que idêntico critério de julgamento é empregado e o entregador final do produto demandado não é o distribuidor de combustíveis ou a empresa de vales, mas o posto de gasolina ou o restaurante credenciados em que o abastecimento de cada veículo e consumo de cada refeição é feito. 7 Esta similitude com outros tipos de certame afasta a segunda crítica feita ao modelo, a de que não haveria definição precisa do valor total do contrato e dos preços a serem praticados pelo fornecedor final do bem demandado. Tais peculiaridades, entretanto, também ocorrem nos contratos de fornecimento de passagens aéreas e de combustíveis e as dificuldades delas decorrentes são sanadas pela utilização de valores estimados, prática que este Tribunal tem rotineiramente admitido e que se repete no certame em foco."

O assunto em comento foi objeto de publicação na Revista do TCU Brasil ano 41 nº. 116 - Setembro a Dezembro de 2009 - Pag 96-97, link -

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057622.PDF>:

“17. O gerenciamento do fornecimento de combustíveis A contratação de empresa gerenciadora do fornecimento de combustíveis independe da contratação de empresa especializada no gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva de veículos, contudo segue os mesmos moldes desta, ou seja, a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, o gerenciamento informatizado do fornecimento de combustíveis para abastecimento de sua frota, por meio de rede credenciada de postos de abastecimento localizados em âmbito estadual, regional ou nacional. Na prática, o agente público autorizado efetua o abastecimento de veículo em qualquer dos postos credenciados pela empresa gerenciadora, por meio da utilização de um cartão magnético, obrigando-se esta última a apresentar relatórios de gastos (consumo), preços praticados, identificação do usuário e dos postos de combustíveis o uso de suprimento de fundos, sujeito a excessos e impropriedades. No campo da economicidade, a contratação de empresa de gerenciamento do fornecimento de combustíveis pode ter sua duração estendida para além do exercício financeiro, afastando, com isso, a necessidade de realizar-se licitação a cada exercício financeiro para a aquisição de combustíveis, segundo a regra do art. 57, caput, da Lei nº. 8.666/93. É que o contrato de gerenciamento, cuja natureza é a de prestação de serviços, reitere-se, permite que sua duração ultrapasse o exercício financeiro, podendo atingir o limite de 60 (sessenta) meses, desde que comprovada a vantagem econômica das possíveis prorrogações. O Tribunal de Contas da União anotou, acerca da economicidade gerada na contratação de empresa gerenciadora de combustíveis, que [...] o documento elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (fls. 304/315, v. 1), versando sobre o uso do sistema de gerenciamento de frota do DPF no abastecimento de combustíveis – embora de objeto diverso ao que ora se analisa (manutenção) -, assinala um potencial de redução de gastos da ordem de R\$ 1,76 milhão por ano (grifo não consta do original), o que, ao sentir do [...] tornam otimistas as expectativas quanto à diminuição de

custos pela implementação de tal sistema de gerenciamento para manutenção de veículos (Acórdão nº. 2731/2009, Plenário)."

4. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Almeja-se o registro de preços visando a contratação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis de veículos, embarcação e geradores movidos a óleo a diesel, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de TAG's com tecnologia RFID para todos os veículos da frota municipal e cartão de pagamento magnético ou micro processado para geradores e embarcações sem acesso físico a rede credenciada. Disponibilização de Rede Credenciada de Postos de Combustível, compreendendo a distribuição de: gasolina comum, diesel comum, diesel S10, álcool (etanol) e Arla 32 para a frota de veículos automotores da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias e Fundos partícipes, descritos na tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da legislação vigente.

SEMAD - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Item	Código SMAR	Especificação / Descrição	Unidade	Preço Médio ANP VV	Qtd. média de consumo anual	Média Mensal	Valor Estimado
1	2.02.02.0008-7	Gasolina Comum	L	R\$6,79	103.606,48	R\$ 58.624,00	R\$703.488,00
2	2.02.02.0009-5	Diesel Comum	L	R\$6,99	6.152,79	R\$ 3.584,00	R\$43.008,00
3	2.02.02.0010-9	Diesel S10	L	R\$7,09	26.064,88	R\$ 15.400,00	R\$184.800,00
4	2.02.02.0011-7	Etanol	L	R\$5,19	15.000,00	R\$ 6.487,50	R\$77.850,00
5	2.02.02.0012.5	Arla 32	L	R\$6,60	4.174,55	R\$ 2.296,00	R\$27.552,03
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 86.391,50	R\$1.036.698,03

SEMDEST - SECRETARIA MUNICIPAL DEFESA SOCIAL E TRANSITO

Item	Código SMAR	Especificação / Descrição	Unidade	Preço Médio*	Qtd. média de consumo anual	Média Mensal	Valor Estimado
1	2.02.02.0008-7	Gasolina Comum	L	R\$6,79	70.000,00	R\$ 39.608,33	R\$475.300,00
3	2.02.02.0010-9	Diesel S10	L	R\$7,09	7.000,00	R\$ 4.135,83	R\$49.630,00

4	2.02.02.0011-7	Etanol	L	R\$5,19	729,00	R\$ 315,29	R\$3.783,51
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 44.059,46	R\$528.713,51

FUMDEST - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL E TRANSITO

Item	Código SMAR	Especificação / Descrição	Unidade	Preço Médio*	Qtd. média de consumo anual	Média Mensal	Valor Estimado
1	2.02.02.0008-7	Gasolina Comum	L	R\$6,79	155.000,00	R\$ 87.704,17	R\$1.052.450,00
3	2.02.02.0010-9	Diesel S10	L	R\$7,09	30.000,00	R\$ 17.725,00	R\$212.700,00
4	2.02.02.0011-7	Etanol	L	R\$5,19	729,00	R\$ 315,29	R\$3.783,51
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$105.744,46	R\$1.268.933,51

SEMAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Item	Código SMAR	Especificação / Descrição	Unidade	Preço Médio*	Qtd. média de consumo anual	Média Mensal	Valor Estimado
1	2.02.02.0008-7	Gasolina Comum	L	R\$6,79	26.000,00	R\$ 14.711,67	R\$176.540,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 14.711,67	R\$176.540,00

FMASVV - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VILA VELHA

Item	Código SMAR	Especificação / Descrição	Unidade	Preço Médio*	Qtd. média de consumo anual	Média Mensal	Valor Estimado
1	2.02.02.0008-7	Gasolina Comum	L	R\$6,79	40.000,00	R\$ 22.633,33	R\$271.600,00
3	2.02.02.0010-9	Diesel S10	L	R\$7,09	10.000,00	R\$ 5.908,33	R\$70.900,00
4	2.02.02.0011-7	Etanol	L	R\$5,19	2.000,00	R\$ 865,00	R\$10.380,00
5	2.02.02.0012.5	Arla 32	L	R\$6,60	1.000,00	R\$ 550,00	R\$6.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 29.956,67	R\$359.480,00

SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Item	Código SMAR	Especificação / Descrição	Unidade	Preço Médio*	Qtd. média de consumo anual	Média Mensal	Valor Estimado
1	2.02.02.0008-7	Gasolina Comum	L	R\$6,79	11.756,82	R\$ 6.652,40	R\$79.828,81
2	2.02.02.0009-5	Diesel Comum	L	R\$6,99	2.541,36	R\$ 1.480,34	R\$17.764,11

3	2.02.02.0010-9	Diesel S10	L	R\$7,09	13.597,19	R\$ 8.033,67	R\$96.404,08
4	2.02.02.0011-7	Etanol	L	R\$5,19	1.250,00	R\$ 540,63	R\$6.487,50
5	2.02.02.0012-5	Arla 32	L	R\$6,60	679,86	R\$ 373,92	R\$4.487,08
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 17.080,96	R\$204.971,57

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Item	Código SMAR	Especificação / Descrição	Unidade	Preço Médio ANP VV	Qtd. média de consumo anual	Média Mensal	Valor Estimado
1	2.02.02.0008-7	Gasolina Comum	L	R\$6,79	144.000,00	R\$ 81.480,00	R\$977.760,00
2	2.02.02.0009-5	Diesel Comum	L	R\$6,99	12.000,00	R\$ 6.990,00	R\$83.880,00
3	2.02.02.0010-9	Diesel S10	L	R\$7,09	48.000,00	R\$ 28.360,00	R\$340.320,00
4	2.02.02.0011-7	Etanol	L	R\$5,19	24.000,00	R\$ 10.380,00	R\$124.560,00
5	2.02.02.0012.5	Arla 32	L	R\$6,60	360,00	R\$ 198,00	R\$2.376,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$127.408,00	R\$1.528.896,00

OBS: valores de referência da máxima ANP registrada no mês de março/2026.

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, notadamente em razão de possuir padrões de desempenho e características específicas, usualmente encontradas no mercado..

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, contado a partir da data de publicação no Diário Oficial, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021 e art. 132 do Decreto Municipal nº 307/2023.

O prazo do contrato oriundo da execução da supracitada ata de registro de preços será de 01 (um) ano contados do(a) data de publicação no diário oficial do município, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o referido serviço caracteriza-se como serviço de natureza continuada, tendo em vista que o abastecimento da frota oficial é indispensável ao funcionamento regular e permanente das atividades institucionais. A

interrupção na prestação comprometeria diretamente a execução de serviços essenciais, deslocamentos administrativos, ações operacionais e atendimento às demandas da Administração.

Além disso, o gerenciamento informatizado do abastecimento proporciona maior controle, transparência, rastreabilidade das despesas e eficiência na gestão dos recursos públicos, sendo atividade permanente e necessária ao longo de todo o exercício financeiro.

Dessa forma, considerando que a necessidade é contínua, previsível e essencial à manutenção das atividades administrativas, justifica-se o enquadramento da contratação como serviço continuado, nos termos da legislação vigente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando Estudo Técnico Preliminar.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações Anual – PAC [2026] sob o código PCW00123.2026-11

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução pretendida consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de gerenciamento do abastecimento de combustíveis, mediante implantação, intermediação e administração de sistema informatizado e integrado, com utilização De Tag's com tecnologia RFID para todos os veículos e cartões magnéticos, eletrônicos ou microprocessados, disponibilizados para as embarcações, equipamentos e geradores pertencentes à frota da Administração Municipal, bem como para aqueles que venham a ser incorporados durante a vigência contratual.

A solução contempla, de forma integrada, a disponibilização de rede credenciada de postos de abastecimento aptos ao fornecimento de gasolina comum, etanol, diesel comum, diesel S10 e ARLA 32, incluindo mecanismos tecnológicos de controle, rastreabilidade, auditoria, gestão de consumo, parametrização de abastecimentos e emissão de relatórios gerenciais.

A contratação busca assegurar a continuidade dos serviços públicos, a eficiência da gestão logística da frota municipal, a economicidade das contratações, o controle dos gastos públicos e a mitigação de riscos relacionados a fraudes, desvios, abastecimentos indevidos e desperdícios de insumos.

A solução adotada apresenta-se como a mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando a elevada capilaridade da frota municipal, a necessidade de abastecimento contínuo e descentralizado, bem como a impossibilidade operacional de manutenção de estrutura própria de abastecimento pela Administração.

O ciclo de vida do objeto compreende as seguintes etapas:

a) Implantação e Mobilização

Nesta fase inicial, a contratada deverá promover toda a estruturação operacional necessária ao início da execução contratual, incluindo:

- disponibilização de sistema informatizado de gestão, em ambiente web e/ou aplicativo, com acesso aos gestores e fiscais do contrato;
- parametrização de perfis de acesso, limites de abastecimento e regras operacionais;
- cadastramento da frota municipal, incluindo veículos próprios, locados, embarcações e geradores;
- emissão e entrega das Tag's com tecnologia RFID e cartões eletrônicos vinculados aos veículos, equipamentos ou usuários autorizados;
- disponibilização e comprovação da rede credenciada de postos de abastecimento, observando a cobertura mínima exigida no Município de Vila Velha, Grande Vitória e demais localidades estratégicas ao atendimento das demandas administrativas;
- treinamento operacional dos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual.

b) Execução e Operação da Solução

Corresponde à fase contínua de prestação dos serviços, abrangendo:

- realização dos abastecimentos mediante autenticação eletrônica;

- captura automática e armazenamento das informações de cada operação, tais como data, horário, local, combustível utilizado, litragem, valor unitário, valor total, identificação do veículo, hodômetro ou horímetro e identificação do condutor;
- fornecimento contínuo de combustíveis e do reagente ARLA 32;
- monitoramento online das transações;
- aplicação de mecanismos de segurança destinados à prevenção de fraudes e utilizações indevidas;
- possibilidade de bloqueio, desbloqueio e substituição imediata de cartões;
- acompanhamento dos padrões de consumo da frota, permitindo ações corretivas e preventivas relacionadas à manutenção, eficiência operacional e controle de gastos.

c) Monitoramento, Fiscalização e Governança Contratual

A solução deverá permitir acompanhamento permanente da execução contratual, mediante:

- emissão de relatórios gerenciais consolidados e individualizados;
- controle de consumo por veículo, unidade administrativa, secretaria, tipo de combustível e período;
- extração de dados em formatos editáveis e compatíveis com sistemas de controle e auditoria;
- rastreabilidade integral das transações realizadas;
- suporte às atividades de fiscalização contratual, controle interno, transparência pública e prestação de contas;
- aferição da economicidade contratual, especialmente quanto à aplicação do desconto incidente sobre os preços referenciais adotados pela Administração, observados os parâmetros da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

d) Manutenção, Atualização e Suporte Técnico

Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá assegurar:

- suporte técnico e operacional contínuo, inclusive atendimento emergencial 24 horas;
- manutenção corretiva e evolutiva do sistema informatizado;
- atualização tecnológica da plataforma de gestão;
- substituição de cartões defeituosos, extraviados ou danificados sem prejuízo da continuidade operacional;
- inclusão e exclusão de veículos, equipamentos e usuários da base cadastral;
- adequação da solução às necessidades supervenientes da Administração.

e) Encerramento Contratual e Reversibilidade

Ao término da vigência contratual, a contratada deverá garantir a adequada transição operacional da solução, mediante:

- disponibilização integral do histórico de abastecimentos e dados gerenciais em formato eletrônico editável;
- transferência das informações necessárias à continuidade administrativa dos serviços;
- cancelamento dos acessos e credenciais vinculadas ao sistema;
- desmobilização da solução sem custos adicionais para a Administração;
- observância dos princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa e preservação da memória operacional da frota municipal.

A solução adotada está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, controle e governança das contratações públicas previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, ambientais, de governança e de segurança necessários à adequada execução dos serviços de gerenciamento do abastecimento da frota municipal, garantindo eficiência administrativa, economicidade, rastreabilidade das operações e continuidade do serviço público.

7.1. Requisitos de Sustentabilidade

A contratação observará os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as diretrizes constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, devendo a contratada:

a) assegurar que toda a rede credenciada de postos de combustíveis possua:

- licenciamento ambiental válido;
- autorização de funcionamento expedida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;
- regularidade perante os órgãos ambientais e fiscalizatórios competentes;
- observância das normas relativas ao armazenamento, manuseio e destinação ambientalmente adequada de resíduos e efluentes;

b) promover, sempre que tecnicamente viável e compatível com a frota municipal, a utilização de combustíveis menos poluentes, notadamente etanol e diesel S10, visando à redução da emissão de gases poluentes e à melhoria do desempenho ambiental da operação;

c) disponibilizar sistema informatizado que possibilite:

- monitoramento do consumo de combustíveis;
 - rastreabilidade integral das transações;
 - identificação de padrões atípicos de consumo;
 - emissão de relatórios gerenciais voltados à eficiência operacional, controle de gastos públicos e mitigação de impactos ambientais;
- d) priorizar a tramitação eletrônica de documentos, relatórios, faturas e comunicações administrativas, reduzindo o consumo de papel e promovendo maior eficiência operacional;
- e) adotar mecanismos tecnológicos de prevenção e detecção de fraudes, abastecimentos indevidos e desvios de utilização;
- f) exigir da rede credenciada:
- regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
 - cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho;
 - observância das normas relativas à proteção ambiental;
 - vedação de práticas relacionadas ao trabalho infantil, trabalho forçado ou em condições análogas à escravidão.

7.2. Requisitos Técnicos e Operacionais

A contratada deverá disponibilizar solução tecnológica integrada que contemple, no mínimo:

- a) sistema informatizado de gerenciamento operacional em ambiente web, com acesso mediante login e senha individualizados;
- b) funcionamento contínuo da plataforma, com disponibilidade mínima mensal de 99% (noventa e nove por cento), ressalvadas manutenções programadas previamente comunicadas;
- c) utilização de Tag's com tecnologia RFID, cartões magnéticos, eletrônicos, microprocessados ou tecnologia superior, vinculados aos veículos, equipamentos, embarcações ou usuários autorizados;
- d) mecanismos de controle operacional contendo, no mínimo:
- identificação do veículo;
 - identificação do condutor;
 - controle de hodômetro e/ou horímetro;
 - registro de data, hora e local do abastecimento;
 - litragem;
 - tipo de combustível;
 - valor unitário e total da operação;
- e) possibilidade de parametrização de limites:

- por veículo;
- por usuário;
- por período;
- por tipo de combustível;
- por valor ou quantidade;

- f) funcionalidade de bloqueio, desbloqueio, substituição e cancelamento imediato de cartões;
- g) emissão de relatórios gerenciais em formatos editáveis e compatíveis com ferramentas de auditoria e controle;
- h) suporte técnico e operacional contínuo aos usuários e gestores do contrato;
- i) manutenção de rede credenciada com cobertura compatível às necessidades operacionais da Administração Municipal, abrangendo obrigatoriamente o Município de Vila Velha, a Região Metropolitana da Grande Vitória e demais localidades estratégicas para execução das atividades administrativas.

7.3. Requisitos de Segurança da Informação e Proteção de Dados

A contratada deverá adotar medidas de segurança aptas a proteger a integridade, disponibilidade, rastreabilidade e confidencialidade das informações operacionais da contratante, incluindo:

- a) controle de acesso ao sistema mediante autenticação individualizada;
- b) registro e armazenamento de logs das operações realizadas;
- c) mecanismos de proteção contra fraudes eletrônicas e acessos não autorizados;
- d) realização periódica de backup das informações operacionais;
- e) observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), responsabilizando-se pela adequada utilização e proteção dos dados eventualmente tratados durante a execução contratual.

7.4. Da Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, considerando a natureza integrada, tecnológica e estratégica dos serviços de gerenciamento do abastecimento.

Admite-se, entretanto, a utilização de rede credenciada de postos de combustíveis vinculados à Contratada, desde que mantida sua integral responsabilidade pela execução contratual, qualidade dos serviços prestados e observância das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no futuro contrato.

7.5. Garantia da Contratação

Será exigida a garantia da contratação no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, nos termos do art. 96 da Lei 14.133/2021, a ser apresentada pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato.

7.6. Transição Contratual e Reversibilidade

Ao término da vigência contratual, a contratada deverá assegurar a continuidade operacional da solução, promovendo adequada transição contratual, sem prejuízo às atividades da Administração Municipal.

Para tanto, deverá:

- a) disponibilizar integralmente o histórico de abastecimentos e relatórios gerenciais em formato eletrônico editável;
- b) transferir as informações técnicas, operacionais e gerenciais necessárias à continuidade da execução dos serviços;
- c) prestar apoio técnico à transição para eventual nova contratada ou para a Administração;
- d) realizar, quando solicitado, capacitação operacional dos servidores designados pela contratante;
- e) garantir que a transição ocorra sem perda de informações, interrupção dos serviços ou comprometimento da rastreabilidade das operações.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Condições Gerais de Execução

A execução do objeto deverá observar modelo operacional contínuo, integrado e informatizado, voltado à gestão eficiente do abastecimento da frota municipal, assegurando rastreabilidade das operações, controle administrativo, segurança das transações, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

A prestação dos serviços compreenderá a implantação, disponibilização, operação, manutenção e suporte de sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento de combustíveis, mediante utilização de Tag's com tecnologia RFID, cartões magnéticos, eletrônicos,

microprocessados ou tecnologia superior, integrados à rede credenciada de postos de combustíveis da Contratada.

8.2. Prazo de Início da Execução

A execução contratual deverá ser iniciada no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Contratante, período no qual a Contratada deverá concluir a implantação operacional mínima necessária ao início da prestação dos serviços.

A implantação compreenderá, no mínimo:

- a) disponibilização do sistema informatizado de gestão;
- b) cadastramento inicial da frota;
- c) emissão e entrega das tag's e cartões eletrônicos;
- d) parametrização dos perfis de acesso;
- e) habilitação dos usuários gestores e fiscais;
- f) disponibilização da rede credenciada apta ao atendimento da Administração.

8.3. Metodologia de Execução dos Serviços

A execução dos serviços observará fluxo operacional contínuo, composto pelas seguintes etapas:

a) Gestão e Controle Operacional

A Contratada deverá disponibilizar sistema informatizado integrado, acessível em ambiente web e/ou aplicativo, permitindo à Contratante:

- gerenciamento integral da frota cadastrada;
- controle dos abastecimentos realizados;
- parametrização de limites operacionais;
- acompanhamento em tempo real das transações;
- emissão de relatórios gerenciais e operacionais;
- bloqueio e desbloqueio de cartões;
- rastreamento das operações efetuadas.

O sistema deverá operar em regime integral de funcionamento, com disponibilidade compatível à natureza essencial dos serviços públicos executados pela Administração Municipal.

b) Execução dos Abastecimentos

Os abastecimentos deverão ser realizados exclusivamente na rede credenciada da Contratada, mediante autenticação eletrônica da operação.

Cada transação deverá registrar, no mínimo:

- identificação do veículo/equipamento;
- placa;
- unidade administrativa vinculada;
- identificação do condutor, quando aplicável;
- data e horário da operação;
- estabelecimento credenciado;
- tipo de combustível;
- litragem;
- valor unitário;
- valor total;
- quilometragem ou horímetro informado no momento do abastecimento.

A Contratada deverá adotar mecanismos automatizados de validação e consistência das informações lançadas, visando à prevenção de fraudes, abastecimentos incompatíveis ou operações em desacordo com os parâmetros definidos pela Contratante.

c) Rede Credenciada

A Contratada deverá manter rede credenciada de postos de abastecimento em quantitativo e distribuição geográfica compatíveis com as necessidades operacionais da Administração Municipal, garantindo cobertura mínima no Município de Vila Velha, Região Metropolitana da Grande Vitória e demais localidades estratégicas para atendimento das demandas institucionais.

A rede credenciada deverá permanecer ativa e regular durante toda a vigência contratual, observando:

- autorização da ANP;
- regularidade ambiental;
- condições adequadas de funcionamento;
- capacidade operacional de atendimento;
- fornecimento regular dos combustíveis contratados.

A eventual exclusão de postos relevantes da rede credenciada deverá ser previamente comunicada à Contratante, acompanhada da indicação de alternativa equivalente ou superior.

8.4. Obrigações Operacionais da Contratada

A Contratada obrigará-se a executar os serviços em permanente alinhamento com a fiscalização contratual, observando os princípios da eficiência, continuidade, transparência, segurança operacional e boa-fé contratual.

Constituem obrigações operacionais mínimas da Contratada:

- a) assegurar pleno funcionamento do sistema informatizado durante toda a vigência contratual;
- b) disponibilizar suporte técnico e operacional contínuo, inclusive para situações emergenciais;
- c) manter central de atendimento para suporte aos usuários e gestores do contrato;
- d) promover atualização tecnológica da solução sempre que necessária à manutenção da eficiência e segurança operacional;
- e) substituir tag's e cartões defeituosos, extraviados, furtados ou danificados no prazo máximo estabelecido contratualmente;
- f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, falhas, inconsistências, vícios ou defeitos relacionados à execução contratual;
- g) assegurar sigilo, integridade e disponibilidade das informações operacionais da Contratante;
- h) manter estrutura operacional apta à continuidade dos serviços, inclusive em situações de contingência tecnológica.

8.5. Gestão de Qualidade e Níveis de Serviço

A Contratada deverá observar padrões mínimos de desempenho e qualidade operacional, incluindo:

- a) disponibilidade contínua da plataforma tecnológica;
- b) estabilidade operacional do sistema;
- c) tempestividade no processamento das transações;
- d) tempo razoável de resposta do suporte técnico;
- e) confiabilidade e integridade dos dados operacionais;
- f) continuidade do abastecimento da frota sem interrupções injustificadas.

A Contratante poderá estabelecer indicadores de desempenho e níveis mínimos de serviço (SLA), vinculados ao monitoramento da qualidade da execução contratual.

8.6. Acesso da Fiscalização

A Contratada deverá permitir e facilitar, a qualquer tempo, a atuação da fiscalização contratual, disponibilizando:

- a) acesso ao sistema de gerenciamento;
- b) relatórios operacionais;
- c) informações cadastrais;
- d) registros de abastecimento;
- e) documentos e esclarecimentos necessários ao acompanhamento da execução contratual.

8.7. Normas Técnicas e Regulamentares

A execução dos serviços deverá observar:

- a) as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) as normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;
- c) as normas ambientais aplicáveis;
- d) as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- e) a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho aplicável;
- f) as normas relacionadas à proteção e tratamento de dados, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

9. LOCAL, HORÁRIO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

9.1. Local da Prestação dos Serviços

Os serviços serão executados por meio da rede credenciada de postos de abastecimento da Contratada, devendo atender às necessidades operacionais da frota da Administração Municipal, compreendendo veículos automotores, embarcações, geradores e demais equipamentos autorizados.

A rede credenciada deverá possuir cobertura operacional mínima:

- a) no Município de Vila Velha/ES;
- b) nos Municípios integrantes da Região Metropolitana da Grande Vitória, compreendendo Vila Velha, Vitória, Serra e Cariacica;

- c) nos demais Municípios do Estado do Espírito Santo;
- d) em Estados limítrofes e demais localidades estratégicas necessárias ao atendimento de deslocamentos institucionais, administrativos, operacionais e decorrentes do cumprimento de determinações judiciais.

A Contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual:

- no mínimo 15 (quinze) postos credenciados na Região Metropolitana da Grande Vitória;
- no mínimo 05 (cinco) postos credenciados no Município de Vila Velha/ES;
- ao menos 02 (dois) postos com funcionamento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, localizados em raio máximo de 10 km da sede administrativa da Prefeitura Municipal de Vila Velha, situada na Avenida Santa Leopoldina, nº 840, Coqueiral de Itaparica, Vila Velha/ES.

A Contratada deverá assegurar quantitativo e distribuição geográfica compatíveis com a continuidade dos serviços públicos e com a dinâmica operacional da frota municipal.

9.2. Horário de Funcionamento da Rede Credenciada

Os postos credenciados deverão prestar atendimento, no mínimo:

- a) de segunda-feira a sábado, no horário compreendido entre 07h00 e 20h00;
- b) em regime de funcionamento ininterrupto, nos postos 24 horas exigidos neste Termo de Referência.

A Contratada deverá garantir disponibilidade operacional da rede credenciada inclusive em feriados, finais de semana e situações emergenciais, assegurando o pleno atendimento das atividades essenciais da Administração Municipal.

9.3. Cronograma e Implantação da Solução Tecnológica

A solução tecnológica deverá ser implantada pela Contratada em até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço.

A implantação compreenderá:

- a) disponibilização do sistema informatizado de gerenciamento;
- b) cadastramento inicial da frota, gestores, usuários e condutores;
- c) parametrização operacional das Tag's e cartões;

- d) fornecimento e ativação das Tag's e cartões eletrônicos;
- e) treinamento operacional dos gestores e fiscais do contrato;
- f) integração e habilitação da rede credenciada.

A solução deverá operar em ambiente web, com acesso remoto, seguro e integral aos usuários autorizados da Contratante.

9.4. Sistema Informatizado de Gestão

A Contratada deverá disponibilizar sistema informatizado integrado para gerenciamento dos abastecimentos, acessível via internet e compatível com os principais navegadores e dispositivos móveis.

O sistema deverá possuir mecanismos de autenticação individualizada e níveis de acesso compatíveis com os perfis operacionais da Administração.

A plataforma deverá permitir, no mínimo:

9.4.1. Funcionalidades Gerais

- a) gerenciamento eletrônico da frota;
- b) controle de abastecimentos em tempo real;
- c) rastreabilidade integral das operações;
- d) parametrização de limites financeiros e operacionais;
- e) emissão de alertas de utilização atípica;
- f) geração de relatórios gerenciais, operacionais, financeiros e ambientais;
- g) exportação de dados em formatos editáveis;
- h) bloqueio, desbloqueio e cancelamento de cartões em tempo real;
- i) registro de logs e trilhas de auditoria;
- j) integração com ferramentas de controle e auditoria da Administração.

9.4.2 Perfis de Acesso

O sistema deverá contemplar, no mínimo, os seguintes níveis de acesso:

a) Perfil Gestor

Com permissão para:

- cadastrar, alterar e excluir veículos;
- vincular veículos às unidades administrativas;
- cadastrar e gerenciar condutores;

- parametrizar limites operacionais e financeiros;
- solicitar segunda via de cartões;
- vincular e desvincular cartões coringa;
- redefinir senhas;
- consultar e emitir relatórios;
- visualizar notas fiscais, faturas, empenhos e certidões;
- acompanhar indicadores de consumo e desempenho;
- monitorar histórico completo das operações.

b) Perfil Usuário

Com permissões restritas às atribuições operacionais definidas pela Contratante, permitindo:

- consulta operacional dos veículos vinculados;
- emissão de relatórios autorizados;
- atualização de informações cadastrais permitidas;
- acompanhamento de abastecimentos e consumo;
- consulta de documentos e histórico operacional.

A Contratante poderá solicitar a criação de perfis personalizados de acesso conforme sua estrutura administrativa.

9.5. Controle dos Abastecimentos

Os abastecimentos somente poderão ser realizados:

a) em postos previamente credenciados;

b) mediante utilização simultânea:

- da Tag ou cartão vinculado ao veículo/equipamento;
- da identificação do condutor;
- da senha individualizada.

A Contratada deverá adotar solução tecnológica apta a:

- validar a identidade do usuário;
- impedir abastecimentos não autorizados;
- identificar tentativas de fraude;
- bloquear operações incompatíveis com os parâmetros definidos pela Contratante.

Cada abastecimento deverá gerar comprovante eletrônico e/ou impresso contendo, no mínimo:

- identificação do posto;
- endereço do estabelecimento;
- identificação do veículo;
- identificação do condutor;
- hodômetro ou horímetro;
- tipo de combustível;
- litragem;
- valor unitário;
- valor total;
- data e hora da operação;
- saldo disponível do cartão.

9.6. Rede Credenciada de Postos

A Contratada será integralmente responsável pela gestão da rede credenciada e pelo pagamento aos estabelecimentos conveniados, não recaiando sobre a Contratante qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária pelos pagamentos decorrentes dos abastecimentos realizados.

A Contratada deverá:

- a) manter a rede credenciada permanentemente regular e operacional;
- b) comunicar imediatamente qualquer alteração, exclusão, suspensão ou inclusão de postos credenciados;
- c) promover o credenciamento de novos postos solicitados pela Contratante no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- d) assegurar que os postos credenciados possuam:
 - autorização da ANP;
 - regularidade ambiental;
 - condições adequadas de atendimento;
 - capacidade de emissão de documentos fiscais válidos.

9.7. Fornecimento e Gestão das Tag's e Cartões

A Contratada fornecerá gratuitamente os meios de pagamento conforme a natureza de cada unidade consumidora:

- a) 01 (uma) tag RFID para cada veículo automotor cadastrado (leves, pesados, operacionais e administrativos), instalada diretamente no veículo, de forma autodestrutiva quando retirada;
- b) 01 (um) cartão magnético ou microchipado para cada gerador estacionário e embarcação cadastrados, haja vista que tais unidades não acessam fisicamente os postos credenciados, sendo abastecidas in loco;
- c) tags e/ou cartões coringa destinados a contingências operacionais;
- d) substituições decorrentes de:
 - perda;
 - furto;
 - roubo;
 - extravio;
 - dano;
 - desgaste;
 - incorporação de novos veículos ou equipamentos.

As tags RFID e os cartões deverão conter, no mínimo:

- identificação da Contratada;
- número do tag/cartão;
- identificação do veículo, gerador ou embarcação;
- placa (quando aplicável);
- marca/modelo.

A Contratante poderá solicitar tags e/ou cartões adicionais a qualquer tempo, devendo a Contratada disponibilizá-los no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, especificando o tipo de unidade (veículo, gerador ou embarcação) para definição do meio de pagamento adequado.

9.8. Sistema de Gestão do Abastecimento

O sistema deverá possibilitar:

- a) emissão de relatórios individualizados por veículo, unidade administrativa, condutor e período;
- b) controle de consumo, desempenho e quilometragem;

c) parametrização de:

- tipo de combustível;
- limite financeiro;
- limite por transação;
- limite mensal;
- perfil de utilização;

d) bloqueio automático de operações em desacordo com os parâmetros definidos;

e) fixação de limite máximo de preço unitário por combustível;

f) identificação obrigatória do condutor no ato do abastecimento;

g) exclusão, inclusão e atualização de gestores, usuários e condutores em tempo real.

9.9. Limites de Crédito

Cada Tag e cartão possuirá limite operacional individual definido pela Contratante.

Os limites poderão ser alterados eletronicamente, em tempo real, pela Administração, conforme necessidade operacional.

Os créditos:

- a) deverão ser disponibilizados automaticamente a cada competência mensal;
- b) não poderão acumular saldo remanescente de períodos anteriores, salvo autorização expressa da Contratante;
- c) deverão permanecer disponíveis de forma contínua, sem interrupções que comprometam a execução dos serviços públicos.

9.10. Materiais, Equipamentos e Recursos Tecnológicos

Para perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional para a Administração:

- a) Etiquetas com tecnologia RFID;
- b) cartões eletrônicos;
- c) equipamentos periféricos eventualmente necessários;
- d) infraestrutura tecnológica de operação;
- e) sistema informatizado de gestão;
- f) suporte técnico especializado;
- g) treinamentos operacionais;
- h) atualizações tecnológicas necessárias à continuidade e segurança da solução.

Todos os recursos disponibilizados deverão observar padrões adequados de desempenho, segurança, estabilidade, confiabilidade e continuidade operacional.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. Diretrizes Gerais da Gestão Contratual

A execução contratual será acompanhada, fiscalizada e gerida pela Contratante, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, transparência, planejamento, segregação de funções e gestão por resultados.

O modelo de gestão contratual adotado terá como finalidade assegurar:

- a adequada execução dos serviços;
- a continuidade operacional da frota municipal;
- o controle dos abastecimentos;
- a rastreabilidade das operações;
- a mitigação de riscos de fraudes e desperdícios;
- a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10.2. Gestão e Fiscalização do Contrato

A gestão e fiscalização contratual serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração, podendo compreender:

- a) Gestor do Contrato;
- b) Fiscal Técnico;
- c) Fiscal Administrativo;

Compete ao Gestor do Contrato:

- coordenar a execução contratual;
- acompanhar os resultados da contratação;
- promover interlocução institucional com a Contratada;
- controlar saldos contratuais;
- acompanhar prazos de vigência;
- adotar providências relacionadas à aplicação de penalidades;
- autorizar procedimentos administrativos relacionados ao contrato.

Compete aos Fiscais do Contrato:

- acompanhar a execução operacional dos serviços;
- verificar a conformidade dos abastecimentos realizados;
- monitorar o desempenho da rede credenciada;
- validar medições e relatórios;
- registrar ocorrências contratuais;
- comunicar irregularidades ao Gestor do Contrato;
- atestar a execução dos serviços para fins de pagamento.

A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela integral execução contratual.

10.3. Instrumentos de Controle e Monitoramento

A gestão contratual será realizada mediante utilização dos seguintes mecanismos:

- a) sistema informatizado de gerenciamento;
- b) relatórios gerenciais e operacionais;
- c) trilhas de auditoria e registros eletrônicos;
- d) controle de abastecimentos por veículo, condutor, unidade administrativa e período;
- e) monitoramento de consumo médio da frota;
- f) verificação de ocorrências atípicas;
- g) acompanhamento da disponibilidade da rede credenciada;
- h) controle dos níveis de serviço da solução tecnológica.

A Contratada deverá disponibilizar acesso integral ao sistema de gestão para os servidores designados pela Administração.

10.4. Indicadores de Desempenho e Níveis de Serviço (SLA)

A execução contratual poderá ser monitorada mediante indicadores mínimos de desempenho, incluindo:

a) Disponibilidade do Sistema

A solução tecnológica deverá manter disponibilidade operacional mínima de 99% (noventa e nove por cento) ao mês, desconsideradas manutenções programadas previamente comunicadas.

b) Tempo de Atendimento

A Contratada deverá observar os seguintes prazos máximos:

- bloqueio de cartão: imediato;
- desbloqueio de cartão: imediato;
- atendimento emergencial: até 02 (duas) horas;
- substituição de cartões: até 05 (cinco) dias úteis;
- credenciamento de novos postos: até 05 (cinco) dias úteis;
- solução de falhas críticas do sistema: até 04 (quatro) horas.

c) Qualidade da Rede Credenciada

A Contratada deverá manter rede credenciada ativa, regular e suficiente para atendimento da demanda da Administração, vedada descontinuidade injustificada de postos estratégicos.

d) Confiabilidade das Informações

Os dados operacionais disponibilizados no sistema deverão possuir integridade, rastreabilidade, consistência e compatibilidade com os documentos fiscais emitidos pelos postos credenciados.

10.5. Gestão de Riscos Contratuais

A Contratada deverá adotar mecanismos preventivos destinados à mitigação de riscos operacionais, tecnológicos e financeiros relacionados à execução contratual, incluindo:

- a) prevenção de abastecimentos indevidos;
- b) bloqueio de operações suspeitas;
- c) rastreabilidade integral das transações;
- d) mecanismos de autenticação de usuários;
- e) contingência para indisponibilidade sistêmica;
- f) redundância de armazenamento das informações;
- g) proteção contra fraudes eletrônicas;
- h) manutenção da continuidade operacional da solução.

A Contratante poderá solicitar medidas adicionais de controle sempre que identificar riscos relevantes à execução contratual.

10.6. Comunicação Entre as Partes

Toda comunicação relevante entre Contratante e Contratada deverá ocorrer preferencialmente por meio eletrônico, admitindo-se:

- a) sistema informatizado da solução;
- b) correio eletrônico institucional;
- c) notificações administrativas;
- d) registros em ata ou relatórios de fiscalização.

As notificações emitidas pela fiscalização deverão ser respondidas pela Contratada nos prazos estabelecidos pela Administração.

10.7. Medição e Atesto dos Serviços

A medição dos serviços ocorrerá mensalmente, mediante:

- a) consolidação dos abastecimentos realizados;
- b) apresentação de relatórios gerenciais;
- c) conferência dos documentos fiscais;
- d) validação dos dados operacionais registrados no sistema;
- e) verificação da aplicação dos descontos contratados.

Somente serão atestados para pagamento os serviços efetivamente executados e devidamente validados pela fiscalização contratual.

10.8. Recebimento dos Serviços

O recebimento dos serviços observará:

a) Recebimento Provisório

Ocorrerá após a verificação preliminar da conformidade dos serviços executados no período de referência.

b) Recebimento Definitivo

Ocorrerá após:

- validação da execução contratual;
- conferência dos relatórios;
- análise da regularidade fiscal;
- verificação da conformidade operacional da solução.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelos vícios, falhas ou irregularidades verificadas posteriormente.

10.9. Tratamento de Irregularidades

Constatadas falhas, inconsistências ou descumprimentos contratuais, a Contratada será formalmente notificada para adoção das medidas corretivas necessárias.

Poderão ser aplicadas:

- advertência;
- glosa;
- multa;
- suspensão;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade;
- rescisão contratual;

As sanções acima descritas necessariamente observarão as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e sendo-lhes garantido o contraditório e a ampla defesa.

10.10. Reuniões de Acompanhamento Contratual

A Contratante poderá promover reuniões periódicas de acompanhamento contratual para:

- avaliação da execução dos serviços;
- análise de indicadores;
- identificação de melhorias operacionais;
- revisão de fluxos;
- tratamento de ocorrências relevantes;
- alinhamento entre fiscalização e Contratada.

10.11. Transição e Encerramento Contratual

Ao término da vigência contratual, a Contratada deverá assegurar a adequada transição operacional da solução, garantindo:

- a) continuidade dos serviços;
- b) transferência integral das informações operacionais;
- c) disponibilização de histórico de abastecimentos;
- d) exportação de relatórios em formato editável;

- e) suporte técnico à transição contratual;
- f) desmobilização ordenada da solução tecnológica.

11. MATRIZ DE RISCO

Em observância às diretrizes de planejamento da Lei nº 14.133/2021, a presente seção estabelece o mapeamento de riscos e a partilha de responsabilidades para assegurar a continuidade do abastecimento da frota municipal (composta por 285 veículos) e a higidez financeira da contratação.

1. Risco de Capilaridade e Operacionalidade:

- Evento: Descredenciamento de postos ou redução da rede em Vila Velha.
- Impacto: Interrupção de serviços essenciais (Saúde, Educação, Defesa Social).
- Responsabilidade: Contratada.
- Mitigação: Exigência de manutenção de rede mínima (15 postos na Grande Vitória, com ao menos 5 em Vila Velha) e aplicação de sanções em caso de redução sem substituição imediata.

2. Risco de Disponibilidade Tecnológica:

- Evento: Indisponibilidade do sistema web ou falhas de conectividade no posto.
- Impacto: Retenção de veículos e servidores nos estabelecimentos.
- Responsabilidade: Contratada.
- Mitigação: Exigência de suporte 24h e definição de protocolo de "abastecimento em contingência" para validação posterior.

3. Risco de Integridade e Fraude:

- Evento: Abastecimento em veículos não oficiais ou desvio de combustível.
- Impacto: Dano ao erário municipal.
- Responsabilidade: Compartilhada.
- Mitigação: Travas sistêmicas obrigatórias (conferência de placa, hodômetro, senha e capacidade do tanque) e auditoria mensal de anomalias.

4. Risco Ambiental e Mecânico (ARLA 32):

- Evento: Indisponibilidade do reagente nos postos credenciados de Diesel S10.
- Impacto: Danos mecânicos aos veículos pesados e infrações ambientais.
- Responsabilidade: Contratada.
- Mitigação: Cláusula vinculante exigindo a oferta de ARLA 32 em todos os postos de Diesel S10 da rede.

5. Risco de Volatilidade e Equilíbrio:

- Evento: Picos de preço que superem o teto estabelecido pela ANP.
- Impacto: Recusa de atendimento pelos postos credenciados.
- Responsabilidade: Contratada (pelo risco de mercado até o limite ANP).
- Mitigação: Utilização do índice Preço Máximo da ANP e estabelecimento de rito administrativo célere para reequilíbrio em casos excepcionais.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. Justificativa do Índice de Referência (Preço Máximo ANP)

A adoção do Preço Máximo de Revenda divulgado mensalmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) como parâmetro para o faturamento e julgamento das propostas justifica-se pelos seguintes critérios técnicos e administrativos:

1. Garantia de Capilaridade e Competitividade: O uso do preço máximo assegura uma margem de segurança adequada para o credenciamento de uma rede ampla de postos em Vila Velha e Região Metropolitana, incentivando a participação de empresas gerenciadoras e garantindo o atendimento integral à frota municipal de 285 veículos.
2. Transparência e Auditabilidade: Por ser um indicador oficial e público, o Preço Máximo da ANP permite uma conferência célere e incontestável por parte dos fiscais do contrato, facilitando o processo de liquidação da despesa e o controle pelo Tribunal de Contas.
3. Segurança contra Oscilações: O teto estabelecido pela ANP protege o erário contra picos isolados de preços praticados em bombas específicas (preços atípicos), garantindo que o Município nunca pague acima do teto regulado de mercado.
4. Economicidade via Desconto: A vantagem financeira à Administração será garantida através da aplicação do maior desconto percentual ofertado pela licitante sobre este índice, assegurando o menor dispêndio possível frente ao teto oficial.

a) A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

b) Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

1. não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do

serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

c) A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

1. Os pagamentos só serão efetuados sob análise criteriosa e avaliação da Fiscalização do Contrato mediante apresentação dos seguintes documentos ao CONTRATANTE:
2. Nota fiscal;
3. Certidões negativas do INSS, FGTS, Tributos Federais, Tributos Estaduais, Tributos Municipais e Débitos Trabalhistas;
4. Matrícula dos serviços junto ao INSS;
5. Declaração de contabilidade regular, assinada pelo sócio-gerente e pelo Contador;

O prazo de pagamento, liquidação e a forma de pagamento será de acordo com o instrumento contratual.

Antecipação de pagamento:

- a) A presente contratação não permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.
- b) A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.
- c) O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento das Notas Fiscais/Faturas, devidamente aceitas e atestadas pelo órgão competente.

12.2. Do Reajuste

Os preços dos combustíveis variam em conformidade com a oscilação média do mercado, aferido pelo preço médio disponibilizado pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, porém os descontos contratados são fixos e irremovíveis.

13. DA HABILITAÇÃO NO CERTAME

Para comprovação das condições de habilitação serão exigidos os seguintes documentos:

13.1. Habilitação Jurídica:

- 13.1.1 Registro comercial, no caso de empresário individual;
- 13.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de

documento de eleição de seus administradores;

13.1.2.1 A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social ou o Estatuto acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado contemplando as alterações posteriores, se houver;

13.1.2.2. Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

13.1.2.2.. Certidão expedida por Órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo, em caso de sociedades simples;

13.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

13.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídica na Secretaria da Receita Federal (CNPJ);

13.2.2 Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

13.2.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal (CRF). ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

13.2.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei 12.440/2011.

13.3. Atestado de Capacidade Técnica

13.3.1. A empresa deverá apresentar no mínimo um Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica do direito público ou privado, no qual fique demonstrado que a licitante presta ou prestou serviços de natureza semelhante ao objeto da licitação, com boa qualidade, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa / órgão.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.104.232,62 (cinco milhões, cento e quatro mil, duzentos e trinta e dois reais e sessenta e dois centavos)**, conforme custos unitários

apostos na tabela constante do item 1, “a”.

A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Estudo Técnico Preliminar.

A licitante deverá apresentar o desconto fixo para o item, para o período do contrato, onde o desconto deve incidir sobre o somatório do preço da bomba do combustível e que não poderá ser maior que o preço Máximo Mensal do município de Vila Velha divulgado pelo site da ANP.

Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao pagamento de despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, impostos, taxas, seguros e demais encargos relativos aos serviços e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR GLOBAL**.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 5.104.232,62 (cinco milhões, cento e quatro mil, duzentos e trinta e dois reais e sessenta e dois centavos).

De acordo com a pesquisa de mercado o PERCENTUAL MÉDIO DE DESCONTO SOBRE O PREÇO Máximo da ANP encontrado foi de -5,13% (menos cinco virgula treze por cento), logo este percentual será a referência de taxa de desconto para a licitação.

As empresas participantes devem apresentar taxa de desconto mais vantajosa que a média encontrada na pesquisa de preços, que foi -5,13% (menos cinco virgula treze por cento).

Conforme tabela a seguir fica destacado todo detalhamento quantitativo para a contratação a saber:

TIPO DE COMBUSTÍVEL	QUANTITATIVO	UNIDADE	PROJEÇÃO	VALOR ESTIMADO
			ANUAL	
			VALOR UNITÁRIO (L)	TOTAL (R\$)
Gasolina Comum	550.363,30	Litros	R\$ 6,79	R\$ 3.736.966,81
Diesel Comum	20.694,15	Litros	R\$ 6,99	R\$ 144.652,11
Diesel - S 10	134.662,07	Litros	R\$ 7,09	R\$ 954.754,08
Etanol	43.708,00	Litros	R\$ 5,19	R\$ 226.844,52
Arla 32	6.214,41	Litros	R\$ 6,60	R\$ 41.015,11
TOTAL				R\$ 5.104.232,62
PERCENTUAL MÉDIO DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÁXIMO DAANP (www.anp.gov.br)				-5,13%*
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO				0,00%*
VALOR TOTAL COM DESCONTO				R\$0,00

Assim, a **TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** mínima permitida para o certame é de **-5,13%**, conforme a seguir:

PREVISÃO DE GASTOS ANUAL	5.104.232,62
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)	- 5.13%
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (R\$)	0,00
VALOR TOTAL	5.104.232,62

O Percentual de **- 5,13% de taxa de administração** é o valor de referência utilizado neste Termo de Referência e foi obtido através de pesquisa mercadológica, tendo como base os preços ofertados por empresas do ramo e contratados por outros órgãos públicos, conforme mapa comparativo de preços em anexo.

A Taxa de Administração vencedora será o percentual de remuneração da empresa, sendo ela aplicada aos valores efetivamente pagos à empresa, operacionalizados através da plataforma de gestão contratada.

Os preços globais e a taxa de administração deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas)

casas decimais.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

A taxa de Administração deverá ser superior, em valor negativo, a **-5.13% (menos cinco virgula treze por cento)**, **SEND O ADMITIDA a apresentação de TAXA NEGATIVA** e deverão ser incluídos todos os custos diretos e indiretos.

Nos valores propostos deverão estar incluídos **todos os custos diretos e indiretos**, tais como custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros necessários à execução do objeto.

- **CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA**

Para a oferta dos lances devem ser considerando os seguinte pontos:

- a) **Taxa de Administração igual a 0% ou negativa**

O Valor Total da proposta será **fixo**, correspondente ao valor máximo estimado:

Valor Total = **R\$ 5.104.232,62**

- **REGRA PARA FORMULAÇÃO DOS LANCES NO SISTEMA**

O modelo de disputa adotado foi definido em razão de limitações operacionais do sistema eletrônico de licitação, o qual não permite o cadastramento direto de Taxa de Administração negativa nem a disputa pelo critério de menor taxa.

Dessa forma, para viabilizar a ampla competitividade, assegurar a isonomia entre os licitantes e permitir a apresentação de taxas iguais a zero ou negativas, foi adotado um modelo de lance indireto, mediante valor simbólico de referência, conforme descrito a seguir.

Para fins de disputa no sistema eletrônico, o **valor do lance** deverá ser formulado da seguinte forma:

Valor do lance = 1.000,00 + (ou –) o valor numérico da Taxa de Administração proposta

O valor lançado no sistema tem **finalidade exclusiva de ordenação das propostas**, não representando, em hipótese alguma, o valor financeiro do contrato.

Segue abaixo a exemplificação prática da elaboração de lances:

Licitante	Taxa de Administração (%)	Valor de Representação da Taxa de Administração	Lance: =1000,00 +/- valor taxa de representação	Valor do lance	Proposta: Valor previsto de gastos + taxa de administração	Valor total (R\$)
1	0,0%	0,0	1000 + 0,0	1000	= R\$ 5.104.232,62	R\$ 5.104.232,62
2	-1,25%	-1,25	1000 - 1,25	998,75	= R\$ 5.104.232,62	R\$ 5.104.232,62
3	-2,00%	-2,00	1000 - 2,00	998,00	= R\$ 5.104.232,62	R\$ 5.104.232,62
4	-5,00%	-5,00	1000-5,00	995,00	= R\$ 5.104.232,62	R\$ 5.104.232,62
E assim sucessivamente. O vencedor do certame será a empresa que ofertar o menor valor de lance.						

Exemplo de Licitante vencedor:

Valor do lance = **995,00**

Taxa de Administração = **- 5,00 %**

Valor Total = R\$ 5.104.232,62

16. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

O termo de referência foi elaborado pelos servidores Marcus Vinicius Sant' Ana de Mendonça e Lucas Faé Farinelli Boynard da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

Vila Velha, 21 de maio de 2026.

Lucas Faé Boynard
Coordenador da Frota Municipal

Marcus Vinicius Santana de Mendonça
Assessor Técnico

DECLARAÇÃO

Aprovo o conteúdo do Termo de Referência elaborado pelos servidores Marcus Vinícius Santana de Mendonça e Lucas Faé Boynard nesta secretaria.

APROVAMOS o conteúdo do Termo de Referência e **DECLARAMOS** se tratar de **BENS E/OU SERVIÇOS COMUNS**.

Dessa forma, à vista das informações trazidas aos autos, DECLARO o cumprimento dos incisos I e II do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que a despesa encontra-se adequada com a Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e ainda, com o Plano Plurianual, estando o presente processo em condições de dar início aos procedimentos licitatórios.

Ratifico a condição de comuns os bens a serem adquiridos através do presente processo, conforme disposto no Decreto Municipal nº 094 de 2005.

Vila Velha, 13/05/2026

RODRIGO MAGNAGO DE HOLLANDA
CAVALCANTE
Secretário de Administração

CARLA LIMA DE MORAES CABIDEL
Secretária de Educação

LETÍCIA GOLDNER
Secretária de Assistência Social / Gestora do
Fundo Municipal de Assistência Social

ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS
Secretário de Defesa Social e Trânsito
Gestor do Fundo Municipal de Defesa Social e Trânsito

CÁTIA CRISTINA VIEIRA LISBOA
Gestora Fundo Municipal de Saúde



MANIFESTO DE ASSINATURAS

